



## REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 11, n. 2, Jul./Dez, 2019

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 15.06.2018. Revisado por pares em: 22.08.2018. Reformulado em: 15.01.2019. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2019v11n2ID14490

**Análise da receita per capita nos municípios catarinenses conforme a receita corrente líquida**

**Analysis of per capita revenue in catarinian municipalities according to net current revenue**

**Análisis de la receta per capita en los municipios catarinenses conforme la receta corriente líquida**

### **Autores**

#### **Roberto Zolet**

Especialista em Contabilidade Aplicada ao Setor Público (UNOCHAPECÓ) – Endereço: Avenida Senador Atílio Fontana, 591-E, Bairro Efapi - CEP 89.809-000 – Chapecó, SC. Telefone: (49) 3321-8474. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2020-2577>  
E-mail: [rzolet.sehr@gmail.com](mailto:rzolet.sehr@gmail.com)

#### **Gilvane Scheren**

Mestre em Ciências Contábeis e Administração (UNOCHAPECÓ) - Endereço: Avenida Senador Atílio Fontana, 591-E, Bairro Efapi - CEP 89.809-000 – Chapecó, SC. Telefone: (49) 9 9146-7875. Identificadores (ID):  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7954-622X>.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6871699543037646>  
E-mail: [gilvane.scheren@unochapeco.edu.br](mailto:gilvane.scheren@unochapeco.edu.br)

#### **Celso Galante**

Professor em Ciências Contábeis na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) - Mestre em Ciências Contábeis (FURB) - Endereço: Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 340 E – Bela Vista, Chapecó SC - Brasil - CEP 89804-210. Telefone: (49) 3312-2990. Identificadores (ID):  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5324718931702994>  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7226-7140>  
E-mail: [galante@unochapeco.edu.br](mailto:galante@unochapeco.edu.br)

### **Resumo**

**Objetivo:** A pesquisa objetivou identificar a receita *per capita* nos municípios catarinenses com base na Receita Corrente Líquida e a relação existente entre receitas próprias, transferências com a capacidade de cada município.

**Metodologia:** O estudo que ora se apresenta, quanto aos objetivos como descritiva, pois busca analisar a receita pública per capita, analogamente aos procedimentos caracteriza-se como documental, pois torna possível, a partir dos relatórios publicados, em relação à abordagem do problema, como pesquisa quantitativa, com emprego de valores e suas correlações. O período em análise compreende os anos de 2015 e 2016. A amostra consiste nos 295 municípios catarinenses.

**Resultados:** Os resultados apontam que, na estratificação e análise, a Receita Corrente Líquida Per Capita por porte de Município, aos quais, os municípios com maior porte possuem, proporcionalmente, melhor distribuição da arrecadação municipal, que culmina na maior capacidade de enfrentamento às demandas sociais. Na média da Receita Corrente Líquida Per Capita dos municípios Catarinenses, nos anos de 2015 e 2016, foi de R\$ 3.332,61, com uma variação entre a receita *per capita* mínima e máxima de R\$ 1.377,24 e R\$ 8.055,16, o que demonstra haver discrepância significativa entre os municípios analisados.

**Contribuições do Estudo:** Considerando os valores recebidos pelos municípios catarinenses, a pesquisa procurou demonstrar e esclarecer a influência de valores recebidos da União e do Estado por ente para investimentos e manutenção das atividades, em função da divisão populacional e porte de cada município, sendo informações uteis e relevantes para o planejamento e captação de recursos para aplicação em benefício da população.

**Palavras-chave:** Receita pública. Setor público. Per capita. Receita corrente líquida.

#### Abstract

**Purpose:** The objective of this research was to identify the per capita income in the municipalities of Santa Catarina based on Net Current Revenue and the relation between own revenues, transfers with the capacity of each municipality.

**Methodology:** The present study, regarding the objectives as descriptive, as it seeks to analyze public revenue per capita, analogous to procedures is characterized as documentary, since it makes possible, from the published reports, in relation to the approach to the problem, as quantitative research, using values and their correlations. The period under analysis comprises the years 2015 and 2016. The sample consists of 295 municipalities in Santa Catarina.

**Results:** The results show that, in the stratification and analysis, the Per Capita Net Current Revenue by size of Municipality, to which the larger municipalities have, proportionally, a better distribution of the municipal collection, which culminates in a greater capacity to cope with the demands social policies. On average, the per capita net current revenue of the municipalities of Catarinenses in the years 2015 and 2016 was R\$ 3,332.61, with a variation between the minimum and maximum per capita income of R\$ 1,377.24 and R\$ 8,055.16, which shows a significant discrepancy between the analyzed municipalities.

**Contributions of the Study:** Considering the values received by the municipalities of Santa Catarina, the research sought to demonstrate and clarify the influence of values received from the Union and the State for investment and maintenance of activities, depending on the population and size of each municipality. the planning and funding of resources for the benefit of the population.

**Keywords:** Public revenue. Public sector. Per capita. Net current revenue.

### Resumen

**Objetivo:** La investigación objetivó identificar los ingresos per cápita en los municipios catarinenses con base en la Receita Corriente Líquida y la relación existente entre ingresos propios, transferencias con la capacidad de cada municipio.

**Metodologia:** El estudio que se presenta, en cuanto a los objetivos como descriptiva, pues busca analizar los ingresos públicos per cápita, análogamente a los procedimientos se caracteriza como documental, pues hace posible, a partir de los informes publicados, en relación al abordaje del problema, como investigación cuantitativa, con empleo de valores y sus correlaciones. El período en análisis comprende los años de 2015 y 2016. La muestra consiste en los 295 municipios catarinenses.

**Resultados:** Los resultados apuntan que, en la estratificación y análisis, la Receita Corriente Líquida Per Capita por porte de Municipio, a los cuales, los municipios con mayor porte poseen, proporcionalmente, mejor distribución de la recaudación municipal, que culmina en la mayor capacidad de enfrentamiento a las demandas social. En el promedio de la Receita Corriente Líquida Per Capita de los municipios Catarinenses, en los años de 2015 y 2016, fue de R\$ 3.332,61, con una variación entre el ingreso per cápita mínimo y máximo de R\$ 1.377,24 y R\$ 8.055,16, lo que demuestra una discrepancia significativa entre los municipios analizados.

**Contribuciones del Estudio:** En el caso de los municipios catarinenses, la investigación buscó demostrar y aclarar la influencia de valores recibidos de la Unión y del Estado porte para inversiones y mantenimiento de las actividades, en función de la división poblacional y porte de cada municipio, siendo informaciones útiles y relevantes para la planificación y captación de recursos para su aplicación en beneficio de la población.

**Palabras clave:** Receta pública. Sector público. Per capita. Receta corriente líquida.

## 1 Introdução

Com a Proclamação da República, o Brasil optou pelo Estado federativo, decompondo-se o Estado – Nação em três esferas de poder: União, Estados e Municípios, o que se diferencia, em parte, do Império e traz parte da experiência dos Estados Unidos da América (EUA). Assim, previu-se que, coexistindo as três esferas de governo, fosse um facilitador para a divisão das finanças públicas. Contudo, persiste ainda a dificuldade da divisão das funções fiscais entre as três esferas (Carvalho, 2002).

Com o passar do tempo, as demandas por políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação, habitação, infraestrutura, segurança, passaram a crescer significativamente. Parte, pelo reflexo da globalização onde as crises internacionais afetam direta ou indiretamente quase todos os países, e, parte, pela própria ineficiência do Estado na arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Para Soares, Flores e Coronel (2014), as políticas públicas visam, principalmente, atender a parcela da população menos favorecida, sendo responsabilidade dos gestores municipais entender às necessidades da sociedade, incluindo-as em seus orçamentos, para que

possam pela sua execução, ser implementadas ações que promovam a satisfação destas necessidades. Para isto, os recursos precisam ser arrecadados.

A Constituição Federal do Brasil (1988) estabelece que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Assim, por sermos um Estado Democrático de Direitos, e que o poder emana do povo, compete ao Estado, por seus representantes, implementar as ações necessárias para o desenvolvimento das políticas públicas, por meio das receitas públicas legalmente constituídas, e, entregues pelo próprio povo ao Estado que as arrecada com a obrigação constitucional de zelar pela sua eficiente e eficaz aplicação.

A Lei Federal nº 4.320/64, em seu art. 9º, define o tributo como receita derivada instituída pelas entidades de direito público, formada pelos impostos, as taxas e contribuições, conforme define a Constituição Federal do Brasil, e o produto de sua arrecadação destinando-se ao custeio de atividades inerentes ao setor público.

Assim, se a receita representa os ingressos financeiros, cujo objetivo é viabilizar as políticas públicas, a administração das finanças públicas é um dos grandes desafios dos gestores, pois as demandas por bens e serviços públicos crescem em proporções superiores ao crescimento da receita. Como tratam Righi e Seretta (2015), as técnicas modernas de planejamento preconizam a integração do planejamento ao orçamento, substituindo os métodos empíricos de estabelecimento da receita por métodos e processos, cálculos e técnicas que permitam ligar os sistemas de planejamento e finanças aos objetivos e metas governamentais.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ou Lei Complementar 101/2000, cujo objetivo foi estabelecer o equilíbrio fiscal, de modo que todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) sujeitam-se a seu cumprimento. Nasce nova fase nacional exigindo e sendo indispensável para a boa gestão dos recursos públicos, melhorar e ampliar o planejamento, visualiza e vincula as metas e ações propostas, quantificando-as e qualificando-as para que possam ser inclusas no planejamento, com o maior grau de exatidão possível, além de decompor por técnicas apropriadas, a receita e despesa conjuntamente, estabelece e distribui no tempo, a provável execução das Leis Orçamentarias Anuais, a fim de cumprir o proposto na lei.

Pelo Pacto Federativo o Brasil se constituiu: pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e que a Constituição Federal (1988) ampliou as competências tributárias para os Municípios e aumentando sua participação nas transferências da União como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com a visão de minimizar as desigualdades sociais existentes.

Reis, Costa e Silveira (2013) argumentam que a Constituição Federal de 1988, atribuiu competência tributária própria aos municípios, ampliou a participação na receita da União, pelo FPM e na receita dos Estados oriunda do ICMS. Na visão de Afonso e Araújo (2000), a descentralização dos recursos tributários contribui para a municipalização da receita, a qual por não ter sido realizada de forma ordenada, provocou também descentralização desordenada da despesa.

No entanto, por ser o Município o ente mais próximo do cidadão, a descentralização fiscal provocou não só o aumento de sua capacidade arrecadatória, mas aumento também de suas obrigações no aparelhamento público e na prestação de serviços. Por outro lado, são constantes as manifestações municipais referentes a problemática que envolve a escassez de recursos públicos para o atendimento das demandas sociais.

Com base neste contexto e na percepção do papel que os Municípios representam na manutenção e fortalecimento do federalismo nacional, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **qual é a receita *per capita* dos municípios catarinenses, com base na Receita Corrente**

**Líquida, disponível para o desenvolvimento das políticas públicas?** Para responder o problema de pesquisa que ora se apresenta, o estudo tem como objetivo analisar a receita *per capita* dos municípios catarinenses, com base na Receita Corrente Líquida, disponível para o desenvolvimento das políticas públicas.

A partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), extraída a Receita Corrente Líquida (RCL) de cada Município, entre os exercícios de 2015 e 2016, comparando a população conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), TCE/SC, Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e Finanças Brasil (FINBRA), o que busca identificar na receita *per capita* o grau de capacidade de resposta dos Municípios Catarinense frente às demandas sociais.

Justifica-se a relevância do estudo pela contribuição por retratar a dimensão das arrecadações públicas considerando o número de habitantes por municípios catarinenses, além de demonstrar e esclarecer a influência de tais valores advindos principalmente da União e do Estado para a manutenção e investimentos previstos nos instrumentos de planejamento, revertidos em benefícios aos cidadãos.

O estudo está estruturado por essa seção, de caráter introdutório, em sequência o referencial teórico, que aborda informações para compreensão dos temas relacionados como a Composição da receita pública municipal e da Receita Corrente Líquida. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na quarta seção é composta pela análise e interpretação dos resultados e na quinta seção são relatadas as considerações finais do estudo.

## 2 Revisão da Literatura

A seguir apresenta-se tópicos relevantes sobre o estudo, com foco principal na Receita Pública e na Receita Corrente Líquida, além dos itens previstos na legislação.

### 2.1 Composição da receita pública municipal

De acordo com o art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939/82, a receita se classifica nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. A composição das receitas dos municípios é formada principalmente pela arrecadação dos tributos de sua competência, e pelas transferências intergovernamentais, cuja competência legal de arrecadação foi dada aos Municípios. Kohama (2017) destaca que a arrecadação própria ou receita tributária municipal é composta por: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS); contribuições de melhorias e taxas que possam vir a ser cobradas pela Administração Pública Municipal.

Conforme exposto por Reis, Costa e Silveira (2013), a descentralização da arrecadação fiscal, promovida pelo Pacto Federativo e pela Constituição Federal (1988), os municípios foram os maiores beneficiados, com a ampliação das transferências da União e do Estado a seu favor, juntamente com a atribuição de competência tributária própria.

As transferências intergovernamentais são compostas principalmente pelos repasses da União, a saber: FPM, ITR e ICMS desoneração que decorre da dispensa das exportações brasileiras. Dos Estados, são transferidos o ICMS, IPVA, e o IPI.

Apresenta-se na Tabela 1 a relação das principais receitas dos municípios.

**Tabela 1***Composição das principais receitas municipais*

Transferência da União	FPM - 23,5% do IR e do IPI
	FPEX - 2,5% do IPI
	ITR - 50%
Transferência dos Estados	ICMS - 25%
	IPVA - 50%
	IPI -EFEX - 2,5%
Tributos próprios do Município	ISS
	IPTU
	ITBI
	Taxas
	Contribuição de Melhoria

**Fonte:** Adaptado da STN (2016).

Para a formação da quota-parte do ICMS a ser distribuída aos municípios leva-se em conta a matriz de produção de riqueza da unidade federativa. Isto contribui para que os entes com maior geração de econômica, tenham maior retorno que os menos desenvolvidos economicamente (REIS, COSTA E OLIVEIRA, 2013).

Conforme estabelecido pela STN (2016), as receitas orçamentárias são classificadas por Natureza, Fonte/Destinação de Recursos e Indicador de Resultado Primário. Dentre as classificações, a natureza da receita possibilita a identificação detalhada dos recursos públicos que integram os cofres públicos municipais. A padronização é publicada pela STN por meio de portarias da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

No momento da arrecadação é definida a classificação orçamentária para fins de identificação do fato gerador, procedência dos recursos conforme o nível do ente arrecadador (STN, 2016). Na Tabela 2 apresenta-se a classificação formada por código numérico de oito dígitos que se subdivide em cinco níveis.

**Tabela 2***Classificação da receita orçamentária*

Dígito	Grupo	Tipo	Exemplo da Construção do Código
1	Categoria Econômica	Obrigatório	1.x.x.x.xx.x.x – Receita Corrente
1	Origem	Obrigatório	1.1.x.x.x.xx.x – Receita Tributária
1	Espécie	Obrigatório	1.1.1.x.xx.x.x – Impostos
4	Desdobramento	Facultativo	1.1.1.8.01.1.x – Imposto Predial e Territorial Urbano
1	Tipo	Obrigatório	1.1.1.8.01.1.1 – Principal

**Fonte:** Adaptado de STN (2016).

A classificação detalhada por natureza objetiva proporcionar a identificação da receita. Assim as distribuições dos níveis permitem demonstrar de forma analítica os resultados obtidos e possibilitar a elaboração das análises econômico-financeiras do ente federativo (STN, 2016). O primeiro nível é representado pela categoria econômica que se subdivide em receita corrente e de capital. Em seguida classifica-se quanto a sua procedência, de modo que as receitas correntes configuram recursos financeiros utilizados pelo Estado para custear as atividades que lhe são correlatas, e se desdobram em: tributárias, contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, serviços, transferências e outras (STN, 2016).

Nas receitas de capital são elencados os recursos financeiros originários de contratação de empréstimos, títulos públicos, seja de entidades públicas ou privadas, internas ou externas,

no qual a origem se desdobra em: operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferência e outras (STN, 2016). Na sequência classifica-se a espécie, a qual está vinculada à origem e o desdobramento é o detalhamento pormenorizado da receita. E ainda é identificado o tipo de arrecadação (STN, 2016).

## 2.2 Composição da Receita Corrente Líquida (RCL)

Para compor a RCL realiza-se no mês em referência, a descrição dos últimos doze meses e a previsão orçada de seu desempenho para o respectivo exercício. Sua composição objetiva, principalmente, estabelecer o parâmetro para o cálculo do montante a ser designado para a reserva de contingência, limites de pessoal, dívida consolidada, operações de crédito, serviço da dívida consolidada, referência para a antecipação de receita (ARO), garantias do ente à federação entre outros (STN, 2016). Constituem as receitas municipais próprias no demonstrativo da RCL detalhado pelos itens: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria deverá ser detalhado em IPTU, ISS, ITBI e Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. As Transferências Correntes são detalhadas na Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR, Transferências do FUNDEB, Transferências da LC 87/1996, Transferências da LC 61/1989 e Outras Transferências Correntes.

O ITR arrecadado pelo município, com base na CF, art. 153, §4º, III, deverá ser incluído no item Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. Ainda deve ser incluída uma linha para especificar o IRRF incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta e indireta do ente (STN, 2017). São registrados ainda os valores pagos e recebidos em decorrência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), estabelecido no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Outro aspecto da legislação encontra-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), no qual constitui o somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria; de contribuições patrimoniais, agropecuárias, industriais e de serviços; transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação com as suas devidas deduções estabelecidas pela própria LRF.

A RCL é utilizada como parâmetro de cálculo dos limites nos relatórios que compõem a execução orçamentária e a gestão fiscal dos entes da Federação, como exemplos, a despesa com pessoal, a dívida consolidada líquida e as operações de créditos (Zuccolotto, Ribeiro, & Abrantes, 2009). Neste sentido, Rodrigues (2008) denomina a RCL como parâmetro amplamente utilizado para fins de verificação dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, como importante indicador de decisões, concernentes aos gastos com pessoal, montante da dívida, metas de resultado, etc.

## 3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa, ora apresentada, caracteriza-se quanto aos objetivos como descritiva, porque buscou analisar a receita pública *per capita* dos municípios catarinenses no período de 2015 e 2016. De acordo com Raupp e Beuren (2008) a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre as variáveis, sendo uma de suas características a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Relativamente aos procedimentos caracteriza-se como documental. Para Gil (2002, p. 45) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento

analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” O procedimento por meio documental se tornou possível a partir dos relatórios publicados regularmente pelas entidades municipais.

Este estudo caracteriza-se quanto à abordagem do problema como pesquisa quantitativa. Conforme Raupp e Beuren (2008) a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, sobretudo, por se tratar de uma pesquisa que envolve a análise descritiva da receita dos municípios catarinenses.

### 3.1 Definição de Variáveis e Base de Dados

Na análise da receita pública municipal *per capita* dos municípios do Estado de Santa Catarina no período de 2015 e 2016, com dados semestrais utilizou-se informações obtidas nos dados das Finanças Brasil (FINBRA), disponibilizados pela Secretária do Tesouro Nacional (STN), Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e nas 21 Associações de Municípios de Santa Catarina.

A pesquisa tem como população a base de dados de 295 municípios do Estado de Santa Catarina. Após a compilação os municípios que não apresentam as informações para análise, em algum dos anos do intervalo de tempo investigado foram compilados 295 municípios no ano de 2015 e 2016. O período selecionado corresponde a 2 anos, com dados da receita pública e de suas origens, no total de 1.180 observações.

A coleta foi realizada no mês de janeiro de 2018 e o corte da pesquisa foi adotado em função da adoção do novo plano de contas aplicado ao setor público em 2015 nas entidades municipais. Foram coletados os dados de receita pública por natureza na base da Secretária do Tesouro Nacional, conforme publicado no anexo 3 dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentárias constantes na base da FINBRA. No tocante as informações cadastrais das entidades, como os dados populacionais e sua respectiva mesorregião foram obtidos no site do IBGE. Na base da FECAM e nas Associações de Municípios de Santa Catarina foram obtidas informações adicionais para análise das receitas municipais.

### 3.2 Técnica de Análise de Dados

Para permitir a análise das receitas públicas foram agrupados os municípios por faixa de população permitindo a redução do número variáveis e a obtenção das respostas priorizadas pelos objetivos da pesquisa, proporcionando o entendimento e a comparabilidade dos resultados obtidos. Na análise dos municípios pelas suas características populacionais, dividiu-se em três grupos, elencados como: pequeno, médio ou grande porte, conforme abordado na Tabela 3.

**Tabela 3**

*Classificação dos municípios por faixa de população*

Classificação	Característica
Pequena	Se a população for inferior a <10 mil habitantes;
Média	Se a população for de >=10 mil a 50 mil habitantes;
Grande	Se a população for superior a >50 mil habitantes.

Fonte: PL 1.327/2011.

Além da divisão populacional, adotou-se também a divisão dos municípios considerando o âmbito estadual, conforme as mesorregiões catarinenses que compreendem diversos municípios de uma área geográfica com semelhanças econômicas e sociais, criada pelo



IBGE e utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. Nesse contexto o presente estudo apresenta as análises feitas sobre os resultados das movimentações do Estado de Santa Catarina no intuito de demonstrar as variáveis propostas com base na média de cada mesorregião.

#### 4 Resultados e Análises

Esta seção compreende os resultados levantados na apuração da receita *per capita* dos Municípios Catarinenses com base na Receita Corrente Líquida, apuradas nos exercícios de 2015 e 2016, com o intuito de demonstrar a capacidade de respostas às demandas sociais com base nos recursos arrecadados. Os valores estão destacados em R\$ mil.

A Tabela 4 apresenta a média populacional por ano, porte de município e mesorregião, demonstra a população média, a concentração populacional por mesorregião e o número de Municípios por seu porte com classificação de pequeno, médio ou grande.

**Tabela 4**

*Média de população por ano, porte município e mesorregião*

Ano	Qtde	População		Mesorregião	Qtde	Pop. 2015	Pop. 2016
2015	292	22.649		Grande Florianópolis	21	51.960	52.901
2016	290	23.374		Norte Catarinense	26	50.436	51.176
Porte Município	Qtde	Pop. 2015	Pop. 2016				
				Oeste Catarinense	118	10.643	10.717
Pequeno Porte	167	4.671	4.668	Serrana	30	13.837	13.851
Médio Porte	99	19.964	20.231	Sul Catarinense	45	21.685	21.898
Grande Porte	28	143.025	143.871	Vale do Itajaí	54	30.932	31.552
<b>Total Geral</b>	<b>294</b>	<b>22.649</b>	<b>23.166</b>	<b>Total Geral</b>	<b>294</b>	<b>22.856</b>	<b>23.166</b>

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 4 identifica que a densidade populacional está na mesorregião da Grande Florianópolis e na mesorregião Norte Catarinense, com menos de 16% dos municípios catarinenses. A mesma série evidencia que menos de 10% dos municípios catarinenses são considerados de grande porte, e mais de 56%, compreendidos de pequeno porte, demonstra a concentração populacional e a dispersão de porte de municípios catarinenses.

No período analisado verificou-se que a população média esteve em 22.649 no ano de 2015, passando para 23.374 no ano de 2016, a qual, apresentou um crescimento da população média de 3,2 %. Na estratificação dos dados por mesorregião, evidencia-se que o maior número de municípios está concentrado na mesorregião Oeste Catarinense, 118, mas com a menor média populacional, com 10.643 habitantes em 2015, passando no ano de 2016 para 10.717 habitantes, representando um crescimento inferior a 1%, enquanto que a maior concentração populacional está na mesorregião Grande Florianópolis, com apenas 21 Municípios e uma população média de 52.901 habitantes no ano de 2016.

Quanto ao porte, 167 Municípios de pequeno porte, com população média no ano de 2016 para 4.668 habitantes, enquanto que somam 99 municípios de médio porte, com população média de 20.374 habitantes, e apenas 28 municípios classificados de grande porte, com população média de 143.871 habitantes no ano de 2016.

Na Tabela 5, a Receita Corrente Líquida Per Capita por mesorregião, apresenta-se por mesorregião, a receita *per capita* no período analisado de 2015 e 2016, subdividida por grupos de receita, compreendendo: receitas próprias; transferências do Governo Federal e transferências do Governo Estadual, FUNDEB e outras receitas correntes.

**Tabela 5**  
*Receita corrente líquida per capita por Mesorregião*

Receita Corrente Líquida per capita	Grande Florianópolis		Norte Catarinense		Oeste Catarinense	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
<b>Receitas Próprias</b>						
IPTU	106,63	112,03	79,14	89,03	39,68	44,47
IRRF	45,71	56,11	48,72	59,30	51,96	64,54
ISS	121,71	125,34	153,17	165,56	79,85	85,75
ITBI	55,55	52,63	36,26	38,46	29,89	32,26
Outras Receitas Tributárias	63,83	66,38	49,94	54,60	39,44	40,45
Receita Agropecuária	7,13	3,27	2,11	2,31	4,38	4,04
Receita de Contribuições	110,11	126,87	99,24	115,94	49,59	56,19
Receita de Serviços	59,83	63,82	82,01	97,57	46,25	51,79
Receita Industrial	0,27	0,09			0,26	0,23
Receita Patrimonial	163,57	224,50	115,23	182,11	77,42	100,90
<b>Governo Federal</b>						
Cota-Parte do FPM	876,51	1.096,71	567,32	662,12	1.540,32	1.829,06
Cota-Parte do ITR	4,32	4,39	4,14	4,98	3,81	3,62
Transferências da LC nº 61/1989	9,47	9,33	9,06	9,35	18,72	18,27
<b>Governo Estadual</b>						
Cota-Parte do ICMS	607,96	647,90	606,32	650,24	1.208,48	1.289,52
Cota-Parte do IPVA	96,35	98,94	76,89	78,31	88,20	90,00
Transferências da LC nº 87/1996	2,56	2,63	2,55	2,59	11,13	9,32
<b>FUNDEB</b>						
Transferências do FUNDEB	322,32	357,79	440,02	491,75	365,30	411,77
<b>Outras Receitas Correntes</b>						
Outras Receitas Correntes	94,33	72,91	82,77	91,11	61,31	60,21
Outras Transferências Correntes	379,72	415,47	393,08	396,78	490,77	562,51
<b>Total Geral</b>	<b>3.127,87</b>	<b>3.537,13</b>	<b>2.847,98</b>	<b>3.192,12</b>	<b>4.206,78</b>	<b>4.754,90</b>
Receita Corrente Líquida per capita	Serrana		Sul Catarinense		Vale do Itajaí	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
<b>Receitas Próprias</b>						
IPTU	25,83	28,60	66,91	75,01	124,29	134,27
IRRF	41,46	51,56	31,05	37,10	48,00	56,65
ISS	182,02	159,91	89,14	105,06	113,19	116,09
ITBI	29,90	38,42	29,98	31,69	57,60	57,92
Outras Receitas Tributárias	20,41	24,91	53,34	54,12	68,21	79,87
Receita Agropecuária	4,99	6,41	4,63	5,76	2,31	3,03
Receita de Contribuições	41,27	49,23	45,58	56,87	81,46	93,04
Receita de Serviços	42,13	47,41	89,84	92,05	75,13	76,33
Receita Industrial			2,59	2,17	5,82	2,02
Receita Patrimonial	56,51	77,68	38,27	48,13	80,39	111,73
<b>Governo Federal</b>						
Cota-Parte do FPM	1.404,58	1.655,96	875,42	1.016,10	866,75	1.010,96
Cota-Parte do ITR	24,82	28,02	2,05	1,47	1,76	2,14
Transferências da LC nº 61/1989	13,40	13,60	10,23	10,02	9,79	10,24
<b>Governo Estadual</b>						
Cota-Parte do ICMS	878,70	972,64	660,48	705,73	687,91	721,42
Cota-Parte do IPVA	66,99	69,27	96,56	102,69	94,26	96,45
Transferências da LC nº 87/1996	4,04	4,35	2,76	2,78	2,88	2,88
<b>FUNDEB</b>						
Transferências do FUNDEB	412,47	464,56	367,99	416,06	407,80	458,21
<b>Outras Receitas Correntes</b>						
Outras Receitas Correntes	51,70	60,57	97,73	100,50	79,43	79,83
Outras Transferências Correntes	615,95	674,86	367,45	419,27	380,71	432,72
<b>Total Geral</b>	<b>3.917,17</b>	<b>4.427,96</b>	<b>2.932,01</b>	<b>3.282,59</b>	<b>3.187,68</b>	<b>3.545,82</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Sobre a Tabela 5, pode-se mencionar que a análise da receita *per capita* (RPC) por mesorregião deixa evidente que as mesorregiões com maior densidade populacional possuem arrecadação de receitas próprias, menos dependentes das transferências de outros entes (União e Estado). Verifica-se também que a mesorregião Oeste Catarinense, com a maior concentração de municípios de pequeno porte, possui a maior RPC advinda das transferências da União e do Estado, o que indica haver maior dependência das transferências intergovernamentais para sua sustentabilidade.

Nas Receitas Próprias, destacam-se os municípios da mesorregião Grande Florianópolis, com uma RPC média no ano de 2015 de R\$ 734,33, e no ano de 2016 de R\$ 831,06, e os municípios da mesorregião Serrana, com a menor RPC com R\$ 444,53 no ano de 2015 e R\$ 484,15 no ano de 2016.

Destacam-se nas transferências do Governo Federal, os municípios da mesorregião Oeste Catarinense, com uma RPC média no ano de 2015 de R\$ 1.562,86, e no ano de 2016 de R\$ 1.850,95, e os municípios da mesorregião Norte Catarinense, com a menor RPC resultando em R\$ 580,52 no ano de 2015 e R\$ 676,45 no ano de 2016.

Os resultados repetiram-se nas transferências do Governo Estado. Os municípios da mesorregião Oeste Catarinense mantiveram-se com melhor RPC média, atingindo no ano de 2015 R\$ 1.307,80, e no ano de 2016 o valor de R\$ 1.388,84, enquanto que os municípios da mesorregião Norte Catarinense obtiverão a menor RPC com R\$ 685,75 no ano de 2015 e R\$ 731,14 no ano de 2016.

Nas transferências do FUNDEB, por ser transferido um valor por aluno/ano, demonstra que os municípios da mesorregião Norte Catarinense, obtiveram a maior RPC média, com arrecadação no ano de 2015 de R\$ 440,02 e no ano de 2016, R\$ 191,75, indicando haver a maior concentração de alunos matriculados em relação aos demais municípios Catarinenses. Quanto as Outras Receitas Correntes, o destaque está para os municípios da mesorregião Serrana, com uma RPC média no ano de 2015 de R\$ 667,65, e no ano de 2016 de R\$ 735,43.

Na Tabela 6, a Receita corrente líquida *per capita* por porte de município, evidencia-se a RPC arrecadada no período analisado de 2015 e 2016, buscando entender a arrecadação, bem como analisará a capacidade de respostas às demandas sociais existentes nos municípios, além de identificar a concentração da RPC entre os grupos analisados.

**Tabela 6***Receita Corrente Líquida per capita por Porte de Município*

Receita Corrente Líquida per capita	Pequeno Porte		Médio Porte		Grande Porte	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
<b>Receitas Próprias</b>						
IPTU	31,66	35,35	95,84	104,92	168,91	183,94
IRRF	48,40	57,74	38,13	47,79	63,78	80,85
ISS	81,86	83,71	121,13	129,92	209,39	216,18
ITBI	26,92	29,52	44,31	46,34	75,95	75,89
Outras Receitas Tributárias	31,63	32,87	64,20	70,94	83,90	92,45
Receita Agropecuária	5,92	5,43	2,08	2,30	0,18	0,26
Receita de Contribuições	47,81	54,09	69,26	84,63	129,67	143,89
Receita de Serviços	36,93	40,35	84,04	90,47	133,66	136,88
Receita Industrial	1,09	0,88	5,08	2,76	3,33	1,12
Receita Patrimonial	73,89	99,42	66,63	89,73	157,84	231,40
<b>Governo Federal</b>						
Cota-Parte do FPM	1.638,76	1.942,48	614,59	715,61	319,31	373,43
Cota-Parte do ITR	6,97	7,61	3,84	3,80	1,45	1,65
Transferências da LC nº 61/1989	17,95	17,28	8,86	9,10	8,00	7,56
<b>Governo Estadual</b>						
Cota-Parte do ICMS	1.141,65	1.222,86	599,66	636,59	526,42	537,75
Cota-Parte do IPVA	81,41	83,72	92,01	95,00	113,33	115,25
Transferências da LC nº 87/1996	8,98	7,89	2,61	2,55	2,96	2,17
<b>FUNDEB</b>						
Transferências do FUNDEB	373,81	420,84	396,56	449,45	380,30	414,32
<b>Outras Receitas Correntes</b>						
Outras Receitas Correntes	57,37	52,41	80,81	91,51	144,08	136,07
<b>Total Geral</b>	<b>4.232,28</b>	<b>4.788,52</b>	<b>2.731,02</b>	<b>3.046,49</b>	<b>2.927,25</b>	<b>3.169,64</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Destaca-se na Tabela 6 que os municípios de pequeno porte apresentam a maior RPC, sendo quase 48% maior que a dos municípios de grande porte. Nota-se que este resultado é proporcionado pela quantidade de pequenos municípios com baixa densidade populacional, e que possuem forte participação das transferências da União e do Estado na composição de sua receita.

Conforme a Tabela 6 a maior receita média *per capita* está nos municípios de pequeno porte, corresponde a R\$ 4.232,28 no ano de 2015 e a R\$ 4.788,52 no ano de 2016. Verifica-se que este resultado é reflexo de dois fatores fundamentais: o grande número de pequenos municípios, e a baixa de densidade populacional, que aliado aos critérios de distribuição do FPM (coeficiente populacional) e do ICMS que se baseia para distribuição no índice de retorno sobre o movimento econômico (sendo 15% fixo – igual para todos os municípios e 85% variável – dependente a agregação econômica), demonstram ser mais vantajosos para os municípios de pequeno porte.

Por outra análise, verifica-se que o esforço dos municípios de pequeno porte na busca de receitas próprias, pouco representativo, correspondendo no ano de 2016 em R\$ 439,34, enquanto que o esforço dispendido pelos municípios de médio porte correspondeu a R\$ 669,81 e nos municípios de grande porte foi de R\$ 1.162,87. Pode se dizer que o esforço dos municípios de médio porte é 0,52 vezes maior que dos municípios de pequeno porte e os esforços dos Municípios de grande porte em, correspondendo a 1,65 vezes a maior.

Na Tabela 7 a análise estatística descritiva “Receitas Próprias”, demonstra o comportamento das Receitas Próprias na análise estatística da arrecadação estatística, por mesorregião, porte do município, apresenta-se a média, mediana, mínimo e máximo, com base nos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS). É um teste não paramétrico sobre a igualdade de distribuições de probabilidade contínuas e unidimensionais que pode ser usado para comparar uma amostra com uma distribuição de probabilidade de referência.

**Tabela 7**  
*Análise estatística descritiva "Receitas Próprias"*

Mesorregião/ Porte	Ano	N	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Kolmogorov- Smirnova*
Grande Florianópolis	2015	21	750,89	682,26	230,38	1.815,29	0,2000
	2016	21	884,96	820,63	238,38	2.001,33	0,3320
Norte Catarinense	2015	26	695,45	567,55	118,43	2.139,35	0,0500
	2016	26	834,98	641,08	147,10	2.569,40	0,0600
Oeste Catarinense	2015	118	445,27	388,61	140,69	2.098,69	0,0000
	2016	116	512,43	428,81	149,56	2.494,96	0,0000
Serrana	2015	30	455,07	376,10	179,15	1.379,04	0,0010
	2016	30	501,52	439,69	216,40	1.157,45	0,0300
Sul Catarinense	2015	45	462,71	390,23	145,41	1.335,60	0,0470
	2016	43	528,03	475,02	171,72	1.430,34	0,0100
Vale do Itajaí	2015	54	685,32	414,97	180,92	2.978,16	0,0000
	2016	54	767,63	448,69	197,10	3.455,61	0,0000
Pequeno Porte	2015	166	406,04	363,68	118,43	1.379,04	0,065
	2016	165	463,37	402,27	147,10	1.510,95	0,000
Médio Porte	2015	99	611,52	540,30	140,69	2.728,72	0,000
	2016	97	699,41	599,09	149,56	3.193,66	0,000
Grande Porte	2015	27	1.082,88	966,42	443,32	2.978,16	0,000
	2016	28	1.237,14	1.075,97	477,98	3.455,61	0,075

Fonte: Dados da pesquisa

\* Correlação de Significância de Lilliefors

Destaca-se na Tabela 7 as mesorregiões da Grande Florianópolis e do Norte Catarinense na arrecadação de receitas próprias, concentrando-se nestas microrregiões grande parte dos municípios de grande porte, fortalecendo os tributos municipais pela grande densidade populacional regionalmente instaladas, demonstrando na análise as maiores médias *per capita* destas receitas.

Observando os valores das receitas próprias apuradas por mesorregiões, e considerando que a média representa um valor significativo, pois retrata, na distribuição dos dados, correspondendo ao ponto de equilíbrio da RPC. Observando a tabela 7, identifica-se com maior média a mesorregião Grande Florianópolis com R\$ 884,96 *per capita* no ano de 2016. A mesma mesorregião apresenta a maior mediana, com R\$ 820,63 *per capita*, representando o valor

central na lista crescente ou decrescente da variável estudada. A mesorregião destaca-se por apresentar grande densidade populacional, fortalecendo a arrecadação de Receitas Próprias.

Na tabela anterior observa-se a variabilidade ou dispersão, quando se analisa a RPC mínima e máxima, de cada mesorregião, destacando-se no ano de 2016 com a mínima de R\$ 147,10 a mesorregião Norte Catarinense e com a máxima de R\$ 3.455,61, a mesorregião do Vale do Itajaí.

Por porte dos municípios, destacam-se os de grande porte nos exercícios de 2015 e 2016, com uma média *per capita* de Receitas Próprias de R\$ 1.082,88 e R\$ 1237,14, e com uma mediana de R\$ 966,42 e R\$ 1.075,97 respectivamente. Na mesma tabela, identifica-se que a maior dispersão ocorre nos Municípios de médio porte.

A Tabela 8 apresenta a análise estatística descritiva “Governo Estadual”, demonstra o comportamento das transferências do Estado para os municípios. Na análise estatística por mesorregião, porte do município, apresenta-se a média, mediana, mínimo e máximo, com base nos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov.

**Tabela 8**  
*Análise descritiva “Governo Estadual”*

Mesorregião/ Porte	Ano	N	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Kolmogorov- Smirnova*
Grande Florianópolis	2015	21	765,84	664,86	348,80	1.720,21	0,200
	2016	21	810,31	705,59	370,88	1.764,81	0,043
Norte Catarinense	2015	26	742,78	707,35	325,41	1.430,31	0,200
	2016	26	789,79	745,13	377,80	1.533,82	0,074
Oeste Catarinense	2015	118	1.415,32	1.349,07	449,86	3.653,25	0,008
	2016	116	1.498,20	1.438,45	503,25	3.556,21	0,000
Serrana	2015	30	1.027,50	1.012,35	489,00	1.783,75	0,200
	2016	30	1.129,17	1.096,54	524,85	2.743,32	0,014
Sul Catarinense	2015	45	822,54	774,98	286,26	2.593,38	0,008
	2016	43	876,60	829,37	324,19	2.655,27	0,000
Vale do Itajaí	2015	54	850,96	792,89	235,93	1.767,02	0,320
	2016	54	887,44	829,81	252,11	1.760,62	0,037
Pequeno Porte	2015	166	1.333,07	1.228,87	286,26	3.653,25	0,098
	2016	165	1.418,18	1.327,00	326,48	3.556,21	0,008
Médio Porte	2015	99	752,43	706,30	306,50	1.430,31	0,025
	2016	97	793,78	735,01	324,19	1.592,45	0,067
Grande Porte	2015	27	697,26	660,22	235,93	1.767,02	0,016
	2016	28	708,46	678,43	252,11	1.760,62	0,121

Fonte: Dados da pesquisa

\* Correlação de Significância de Lilliefors

Destaca-se na Tabela 8 que os pequenos municípios da mesorregião Oeste Catarinense apresentam a maior média e são formados por baixa densidade populacional.

Observando-se os valores da RPC obtido na tabela 8, com origem das transferências do Governo Estadual, apuradas por mesorregiões, e considerando que a média representa um valor significativo pois retrata, na distribuição dos dados, correspondendo ao ponto de equilíbrio, identifica-se com maior média a mesorregião Oeste Catarinense, com R\$ 1.498,20 *per capita*

no ano de 2016. A mesma mesorregião apresenta a maior mediana, com R\$ 1.438,45 *per capita*, representando o valor central na lista crescente ou decrescente da variável estudada na tabela da variável estudada. A mesorregião destaca-se por ser formada por municípios de pequeno porte, com baixa densidade populacional e com a maior concentração de municípios.

Na tabela anterior, observa-se a variabilidade ou dispersão, quando analisada a RPC mínima e máxima de cada mesorregião, destacando-se no ano de 2016 com a mínima de R\$ 252,11 a mesorregião do Vale do Itajaí e com a máxima de R\$ 3.556,21, a mesorregião Oeste Catarinense.

Por porte dos municípios, destacam-se os de pequeno porte nos exercícios de 2015 e 2016, com uma média *per capita* de Receitas do Governo Estadual de R\$ 1.333,07 e R\$ 1.418,18, e com uma mediana de R\$ 1.228,87 e R\$ 1.327,00 respectivamente. Na mesma tabela, identifica-se que a maior dispersão ocorre nos municípios de pequeno porte.

Na Tabela 9 está a análise estatística descritiva “Governo Federal”, que demonstra o comportamento das transferências da União para os municípios. Na análise estatística por mesorregião, porte do município, apresenta-se a média, mediana, mínimo e máximo, com base nos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov.

**Tabela 9**  
*Análise estatística descritiva “Governo Federal”*

Mesorregião/ Porte	Ano	N	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Kolmogorov- Smirnova*
Grande Florianópolis	2015	21	966,75	765,46	259,26	2.406,36	0,640
	2016	21	1.191,03	956,87	288,60	2.579,80	0,023
Norte Catarinense	2015	26	629,43	676,76	113,71	1.053,35	0,100
	2016	26	725,00	757,13	124,55	1.256,64	0,650
Oeste Catarinense	2015	118	1.697,46	1.457,49	281,93	4.647,08	0,000
	2016	116	1.986,52	1.698,11	336,28	5.700,99	0,000
Serrana	2015	30	1.564,71	1.403,64	367,26	2.819,92	0,002
	2016	30	1.820,31	1.681,38	440,63	3.331,82	0,001
Sul Catarinense	2015	44	9.63,03	774,78	293,51	3.276,90	0,000
	2016	43	1.102,30	852,14	331,76	3.751,51	0,000
Vale do Itajaí	2015	54	950,97	774,31	187,29	2.793,68	0,000
	2016	54	1.098,62	912,33	196,50	3.164,96	0,000
Pequeno Porte	2015	166	1.805,55	1.609,69	666,72	4.647,08	0,054
	2016	165	2.111,11	1.881,00	743,29	5.700,99	0,006
Médio Porte	2015	99	680,06	693,16	457,08	852,31	0,066
	2016	97	781,67	804,70	512,06	1.028,42	0,021
Grande Porte	2015	27	356,29	374,52	113,71	457,43	0,000
	2016	28	409,86	436,72	124,55	541,84	0,000

Fonte: Dados da pesquisa

\* Correlação de Significância de Lilliefors

Verifica-se na Tabela 9 que os pequenos municípios da mesorregião Oeste Catarinense, apresentam a maior média e com a maior diferença entre os municípios que possuem a menor e a maior RPC. Analisando os dados estatísticos, vinculando-os aos da tabela 5, são notáveis a

forte interferência da relação do número de municípios e a baixa densidade populacional, que atreladas aos critérios de distribuição principalmente do FPM, favorecendo aos pequenos municípios terem melhor RPC.

Verificando os valores da RPC obtidos na tabela 9, com origem das transferências do Governo Federal, apuradas por mesorregiões, e considerando que a média representa um valor significativo, pois retrata, na distribuição dos dados, correspondendo ao ponto de equilíbrio, identifica-se com maior média a mesorregião Oeste Catarinense, com R\$ 1.986,52 *per capita* no ano de 2016. A mesma mesorregião apresenta a maior mediana, com R\$ 1.698,11 *per capita*, representando o valor central na lista crescente ou decrescente da variável estudada na tabela da variável estudada. A mesorregião destaca-se por ser formada por municípios de pequeno porte, com baixa densidade populacional e com a maior concentração de municípios.

Na tabela 9, observa-se a variabilidade ou dispersão, quando se analisa a RPC mínima e máxima de cada mesorregião destacando-se no ano de 2016 com a mínima de R\$ 124,55 a mesorregião do Norte Catarinense e com a máxima de R\$ 5.700,99, a mesorregião Oeste Catarinense.

Por porte dos municípios, destacam-se os de pequeno porte nos exercícios de 2015 e 2016, com média *per capita* de Receitas do Governo Federal de R\$ 1.805,55 e R\$ 2.111,11, e com mediana de R\$ 1.609,69 e R\$ 1.881,00 respectivamente. Na mesma tabela, identifica-se que a maior dispersão ocorre nos Municípios de pequeno porte.

Na Tabela 10 a análise estatística descritiva “FUNDEB”, demonstra o comportamento da receita recebida do FUNDEB pelos municípios, que é distribuído com base em valor/aluno.

**Tabela 10**

*Análise estatística descritiva "FUNDEB"*

Mesorregião/ Porte	Ano	N	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Kolmogorov- Smirnova*
Grande Florianópolis	2015	21	348,76	352,84	245,77	471,01	0,200
	2016	21	385,83	398,03	251,92	553,12	0,067
Norte Catarinense	2015	26	476,44	448,03	299,61	698,64	0,042
	2016	26	530,10	494,91	327,13	814,24	0,038
Oeste Catarinense	2015	118	396,16	373,61	104,10	778,50	0,000
	2016	116	444,06	415,84	114,16	876,33	0,000
Serrana	2015	30	446,95	441,86	232,11	756,93	0,173
	2016	30	500,79	467,28	248,40	838,04	0,146
Sul Catarinense	2015	44	398,68	392,31	179,74	632,76	0,200
	2016	43	448,61	448,68	204,59	724,42	0,200
Vale do Itajaí	2015	54	441,81	422,63	234,80	716,80	0,200
	2016	54	493,98	465,64	246,80	801,12	0,051
Pequeno Porte	2015	166	405,17	384,36	104,10	778,50	0,200
	2016	165	453,87	424,24	114,16	876,33	0,200
Médio Porte	2015	99	429,75	411,66	179,74	690,80	0,230
	2016	97	484,41	459,74	204,59	801,12	0,002
Grande Porte	2015	27	412,01	413,22	245,77	716,80	0,000
	2016	28	446,76	448,77	278,05	796,36	0,000

**Fonte:** Dados da pesquisa

\* Correlação de Significância de Lilliefors

Na análise estatística por mesorregião, porte do município, apresenta-se a média, mediana, mínimo e máximo, com base nos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov. Na análise da receita do FUNDEB, constante na Tabela 10 que possui um critério padrão por ser



um valor por aluno ano, percebe-se maior homogeneidade na média de distribuição, principalmente quando analisado pelo porte do município. Já na análise estatística de menor e maior receita, verifica-se grande dispersão, indicando que alguns municípios possuem poucos alunos matriculados na rede municipal, e em outros, que este número é bem elevado, interferindo no fator de aumento ou diminuição da receita do FUNDEB.

Verificando os valores da RPC obtidos na tabela 10, percebe-se menos discrepância nas variáveis, em função de valores pré-estabelecidos pela lei de criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), apresentando a mesorregião Norte Catarinense a maior média, com R\$ 530,10 *per capita* no ano de 2016. A mesma mesorregião apresenta a maior mediana, com R\$ 494,91 *per capita*. Observa-se a variabilidade ou dispersão, quando analisado a RPC mínima e máxima, de cada mesorregião, destacando-se no ano de 2016 com a mínima de R\$ 114,16 e a máxima de R\$ 876,33, a mesorregião Oeste Catarinense.

Por porte, destacam-se os municípios de médio porte, apresentando nos exercícios de 2015 e 2016, com uma média *per capita* de Receitas do FUNDEB de R\$ 429,75 e R\$ 484,41, e com uma mediana de R\$ 411,66 e R\$ 459,74 respectivamente. Na mesma tabela, identifica-se que a maior dispersão ocorre nos municípios de pequeno porte.

Na Tabela 11 a análise estatística descritiva “Outras Receitas Correntes”, demonstra o comportamento deste grupo de receitas municipais.

**Tabela 11**

*Análise estatística descritiva "Outras Receitas Correntes"*

Mesorregião/ Porte	Ano	N	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Kolmogorov-Smirnova*
Grande Florianópolis	2015	20	512,01	503,71	320,33	775,92	0,200
	2016	21	519,76	528,27	316,83	752,58	0,200
Norte Catarinense	2015	26	511,91	450,92	313,85	1.146,82	0,006
	2016	26	523,44	481,35	178,32	908,52	0,005
Oeste Catarinense	2015	118	593,55	541,65	225,12	1.992,87	0,000
	2016	116	664,81	588,30	305,76	2.316,85	0,000
Serrana	2015	30	717,89	536,84	312,81	1.960,35	0,001
	2016	30	793,09	638,78	292,99	2.181,14	0,070
Sul Catarinense	2015	44	499,57	436,82	206,19	1.676,19	0,000
	2016	43	556,16	510,73	260,38	1.727,82	0,000
Vale do Itajaí	2015	54	495,88	429,91	309,26	1.079,69	0,000
	2016	54	545,92	493,82	323,92	1.124,75	0,001
Pequeno Porte	2015	166	620,19	541,25	206,19	1.992,87	0,002
	2016	165	691,28	603,08	260,38	2.316,85	0,003
Médio Porte	2015	99	454,22	423,89	309,26	1.146,82	0,000
	2016	97	495,63	466,04	178,32	944,86	0,009
Grande Porte	2015	27	591,26	501,58	320,33	1.079,69	0,000
	2016	28	596,16	510,59	316,83	1.124,75	0,000

Fonte: Dados da pesquisa

\* Correlação de Significância de Lilliefors

Na análise estatística por mesorregião, porte do município, apresenta-se a média, mediana, mínimo e máximo, com base nos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov. Pode se destacar na análise estatística das outras receitas correntes, que representam valores significativos na composição da RPC, com baixa discrepância na média entre os municípios, apresentando grande dispersão quanto a menor e maior RPC na série estatística, demonstrando

ter pequena representatividade em alguns municípios e muita em outros, isto ocasionado pela matriz da receita municipal de cada unidade.

Analisando-se os valores da RPC obtido na tabela 11, representada pelas Outras Receitas Correntes, apuradas por mesorregiões, e considerando que a média representa um valor significativo pois retrata, na distribuição dos dados, correspondendo ao ponto de equilíbrio, identifica-se com maior média a mesorregião Serrana, com R\$ 793,09 *per capita* no ano de 2016. A mesma mesorregião apresenta a maior mediana, com R\$ 638,78 *per capita*, representando o valor central na lista crescente ou decrescente da variável estudada na tabela da variável estudada.

Na tabela anterior, observa-se a variabilidade ou dispersão, quando analisada a RPC mínima e máxima, de cada mesorregião, destacando-se no ano de 2016 com a mínima de R\$ 178,32 a mesorregião do Norte Catarinense e com a máxima de R\$ 2.316,85, a mesorregião Oeste Catarinense.

Por porte dos municípios, destacam-se os de pequeno porte nos exercícios de 2015 e 2016, com uma média *per capita* de Receitas Outras Receitas Correntes de R\$ 620,19 e R\$ 691,28, e com uma mediana de R\$ 541,25 e R\$ 603,08 respectivamente. Na mesma tabela, identifica-se que a maior dispersão ocorre nos municípios de pequeno porte.

Na Tabela 12 a análise estatística descritiva "Receita Corrente Líquida" *per capita*, objetiva demonstrar estatisticamente a média e seus intervalos de confiança, a mediana, o desvio padrão, seus Intervalos e Assimetria dos dados.

**Tabela 12**

*Análise estatística descritiva "Receita Corrente Líquida" Per Capita*

RCL - Per Capita		Estatística	Erro Padrão
Média		3332,610	50,890
95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3232,660	
	Limite superior	3432,559	
5% da média aparada		3229,446	
Mediana		2896,524	
Variância		1507231,195	
Desvio Padrão		1227,693	
Mínimo		1377,235	
Máximo		8055,163	
Intervalo		6677,928	
Intervalo interquartil		1557,646	
Assimetria		1,246	0,101
Curtose		1,192	0,202
<b>Teste de Normalidade</b>			
Kolmogorov-Smirnov*			0,000
Curtose			0,000

**Fonte:** Dados da pesquisa

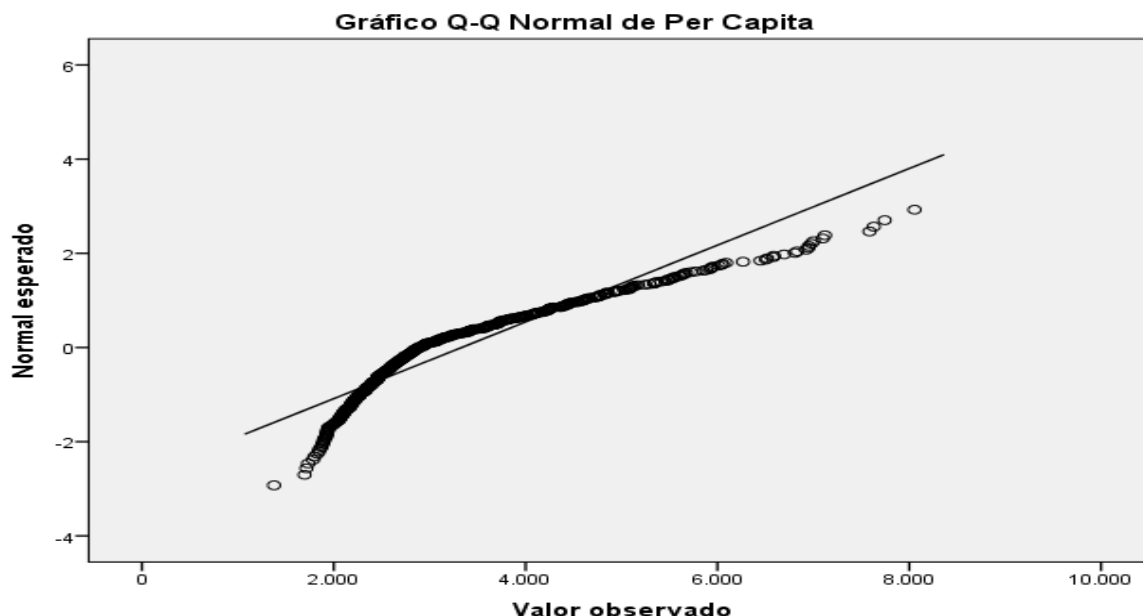
\* Correlação de Significância de Lilliefors

Diante da análise concluiu-se que, a média como o valor representativo do centro geométrico do conjunto das receitas *per capita* foi de R\$ 3.332,61. Cabe ressaltar a presença de valores com baixa discrepância, pois obteve-se como mediana o valor R\$ 2.896,52, tendo em vista que a mediana representa o centro exato da amostra analisada na série ordenada. Contudo, evidencia-se a existência de elevada discrepância entre o valor mínimo apurado (R\$ 1.377,25) e o valor máximo (R\$ 8.055,16) verificado na série histórica analisada.

Esta análise demonstra a média da RPC com base na receita corrente líquida, mas verifica-se uma baixa *per capita* de alguns municípios, em contrapartida, a elevada *per capita*

de outros, trazendo em tela um possível problema de distribuição de renda, gestão administrativa, ou outros fatores que provoquem receitas *per capita* tão baixas.

Pela análise do Gráfico “Q-Q Normal”, constante na Figura 1 percebe-se baixa dispersão da concentração conforme o “normal esperado” e o “valor observado”.



**Figura 1** Distribuição da "Receita Corrente Líquida" Per Capita

Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se que ocorreu uma concentração de observações entre o nível de confiança de R\$ 3.232,66 até o valor de R\$ 3.432,56, representando que grande parte dos municípios catarinenses se enquadram neste intervalo de receita *per capita*.

## 5 Considerações finais

Os resultados da pesquisa demonstram que a população cresceu 1,36% de 2015 para 2016, enquanto a RPC cresceu 11,26%, com um crescimento superior ao da inflação apurado pelo IBGE para o mesmo período, que foi de 6,59%.

Na análise da Receita Corrente Líquida *per capita* por mesorregião, por grupo de receitas, evidencia-se maior concentração de recursos nas mesorregiões da Grande Florianópolis com R\$ 734,33 no ano de 2015 e R\$ 831,06 no ano de 2016, seguida da mesorregião Norte Catarinense com R\$ 665,83 no ano de 2015 e R\$ 804,88 no ano de 2016.

Quando analisado os dados das transferências do Governo Federal e Governo Estadual, visualizou-se que a RPC é consideravelmente maior na mesorregião Oeste Catarinense, com R\$ 2.870,67 no ano de 2015 passando a R\$ 3.239,79 no ano de 2016, seguida da mesorregião Serrana com R\$ 2.392,53 no ano de 2015 e R\$ 2.743,83 no ano de 2016.

Na estratificação e análise a Receita Corrente Líquida Per Capita por porte de Município, sobre a amostra tratada, destacaram-se os municípios de “pequeno porte” com RPC média nos anos de 2015 e 2016 de R\$ 4.510,40, seguidos dos municípios de “grande porte”, com uma média de R\$ 3.048,45 e com menor média de RPC, os municípios de “médio porte”, com R\$ 2.888,76. Pode se dizer, que os Municípios de pequeno porte possuem

proporcionalmente a população instalada, maior capacidade de enfrentamento as demandas sociais.

Verificou-se que a média da Receita Corrente Líquida *per capita* dos municípios Catarinenses nos anos de 2015 e 2016 foi de R\$ 3.332,61, apresentando uma variação entre a RPC mínima e máxima de R\$ 1.377,24 e R\$ 8.055,16, demonstrando haver discrepância na formação da receita pela ótica da receita x população, a qual não foi objeto deste estudo.

Não foi possível comparar os resultados obtidos com outros estudos por não ter sido localizados estudos assemelhados específicos, tornando-se de certo modo, uma limitação da pesquisa, mas demonstrando haver um espaço para novos estudos sobre o tema, possibilitando ampliar a análise e compreensão da receita nos municípios catarinenses e brasileiros.

Recomenda-se para novos estudos, transcender a análise da Receita Corrente Líquida Per Capita dos municípios Catarinenses, comparando-os a outros Estados brasileiros, buscando também, identificar os fatores que proporcionam por exemplo, que os municípios de pequeno porte tenham maior RPC e o que isso representa para o cidadão.

## Referências

- Afonso, J. R. R., & Araújo, É. A. (2000, junho). A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. In *Cadernos Adenauer 4: Os municípios e as eleições de 2000*, São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 35.
- Carvalho, D. F. (2002). Pacto federativo e descentralização fiscal no Brasil na década de 90. *VII Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo, SP, Brasil, 1.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988* (1988). Brasília, DF. Recuperado em 30 de janeiro 2018, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm).
- Federação Catarinense de Municípios – FECAM. *Municípios*. Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado em 10 de janeiro 2018, de <https://www.fecam.org.br/municipio/detalhes-municipio/codMunicipio/>.
- Finanças do Brasil – FINBRA (2018). *Dados Contábeis dos Municípios*. Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília, DF. Recuperado em 10 de janeiro de 2018, de <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, 5(61), 16-17.
- Instituto Brasileiro de Geografia, Estatística. Coordenação de Trabalho e Rendimento - IBGE (2006). *Conheça Cidades e Estados do Brasil*. Brasília, DF, Brasil. Recuperado em 10 de janeiro 2018, de <https://cidades.ibge.gov.br/>.
- Kohama, H. (2017). *Contabilidade pública: teoria e prática* (15a ed.). São Paulo: Atlas.
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964* (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado em 10 de janeiro 2018, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm).

- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000* (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, publicado em 05 de maio de 2000. Recuperado em 30 de novembro de 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm).
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2008). *Caracterização da Pesquisa em Contabilidade*. In. BEUREN, Ilse Maria (Org). In. BEUREN, Ilse Maria (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Reis, P. R. C., Costa, T. M. T., & Silveira, S. F. R. (2013). Receita pública e bem-estar social nos municípios mineiros emancipados no período de 1988 a 1997. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 19(1), 61-82.
- Righi, M. B., & Ceretta, P. S. (2015). Análise Temporal das Receitas da Prefeitura Municipal de Santa Maria. *Administração Pública e Gestão Social*, 7(3), 120-130.
- Rodrigues, L. N. (2008). A receita corrente líquida efetiva: considerações sobre o planejamento público municipal. *Pensar Contábil*, 7(28), 1-8.
- Secretaria Do Tesouro Nacional – STN (2016). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP* [Manual] (7a ed.), Brasília, DF.
- Secretaria Do Tesouro Nacional – STN (2017). *Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF* [Manual] (8a ed.), Brasília, DF.
- Soares, C. S., Flores, S. A. M., & Coronel, D. A. (2014). O comportamento da receita pública municipal: um estudo de caso no Município de Santa Maria (RS). *Desenvolvimento em Questão*, 12(25), 312-338.
- Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC (2018). *Informações dos Municípios*. Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado em 10 de janeiro 2018, de <http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/homesic.php>.
- Zuccolotto, R., Ribeiro, C. P. P., & Abrantes, L. A. (2009). O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros. *Enfoque Reflexão Contábil*, 28(1), 54-69.